

Resposta aos questionamentos a respeito da questão:

Mais de uma vez, o brasileiro Machado de Assis e o português Eça de Queirós foram aproximados porque traçaram linhas de compreensão das suas respectivas sociedades, em um mesmo tempo historicamente situado. Os protagonistas Rubião, de *Quincas Borba* (1891), e Gonçalo, de *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), ...

Como se vê nas justificativas das alternativas oferecidas, há uma única possibilidade de resposta correta, no caso a (D): “comprometem-se com a superação dos atrasos civilizacionais de seus países. Apesar de terem destinos diferentes, confrontam-se com o descompromisso de suas respectivas sociedades quanto às transformações sociais e econômicas”.

Mesmo que se compreenda que esse comprometimento é circunstancial, não há como deixar de lado que há um envolvimento explícito, nas economias das narrativas, com questões urgentes para o seu tempo. Tratar de superação de atraso civilizacional, no século XIX, não é tratar unicamente de atraso tecnológico ou econômico, que, naquela altura, eram resultado do que se poderia considerar “civilização”, um conjunto amplo de conceitos que iam da história aos hábitos cotidianos. O comprometimento dos protagonistas é propiciado pela atenção que as respectivas políticas nacionais recebem nas narrativas, seja por Rubião se considerar, em sua loucura, Napoleão e, com isso, reivindicar uma grandeza imperial de que, por contraponto, a monarquia brasileira não dispunha; seja por Gonçalo reivindicar a grandeza familiar, cuja história se confundia com a História de Portugal.

A partida de Gonçalo para a África foi resultado de um chamamento que a Monarquia portuguesa fez, em fins do século XIX, frente às pressões inglesas (o Ultimatum, de 1891, por exemplo), à sociedade por investimentos no Ultramar e por efetiva ocupação dos territórios coloniais. Há, em Eça de Queirós, um evidente “elogio” ao empreendedorismo, como também em *A cidade e as serras*, nos quais o esforço individual resulta em progresso coletivo.

Em *Quincas Borba*, o envolvimento de Rubião na política nacional fica explícito no capítulo LVIII: “Rubião ouvia tudo, quase sem tirar os olhos do outro, comendo rapidamente, nos intervalos em que o próprio Camacho inclinava a cabeça ao prato. Folgava de ver-se confidente político; e, para dizer tudo, a ideia de entrar em luta para colher alguma coisa depois, um lugar na Câmara, por exemplo, espantou as asas de ouro no cérebro do nosso amigo. Camacho não lhe disse mais nada; procurou-o no dia seguinte, e não o achou. Agora, pouco depois de entrar, vinha o Palha interrompê-los. ” E, depois, no capítulo seguinte: “Rubião agarrou-se às eleições próximas; mas aqui interveio Camacho, afirmando que não era preciso, que a serpente devia ser esmagada cá mesmo na capital; não faltaria tempo depois para ir matar saudades e receber a recompensa. Rubião agitou-se no canapé. A recompensa era, com certeza, o diploma de deputado. Visão magnífica, ambição, que nunca teve, quando era um pobre-diabo... Ei-la que o toma, que lhe aguça todos os apetites de grandeza e de glória. Entretanto, ainda insistiu por poucos dias de viagem, e, para ser exato, devo jurar que o fez sem desejo de que lhe aceitassem a proposta”.

Os capítulos, segundo Laila Correa e Silva, (SILVA 2017, p. 157), tratam de “um período político muito importante, mas dotado de indeterminação quanto aos rumos futuros do país, especialmente em relação à questão do elemento servil”, porque, especialmente, no capítulo LVIII, Camacho “narra a sessão que decidiu pela queda do Gabinete Liberal chefiado pelo

conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, em julho de 1868, refletindo uma crise aguda da Coroa e um impasse sobre os rumos da questão do elemento servil, embora tudo seja descrito ironicamente pelo narrador”. Ora, a crise do elemento servil se refere ao empenho liberal pela sua extinção, na altura, que foi continuamente adiado por procrastinação da Coroa e atenção aos interesses latifundiários. Ambos os capítulos se referem diretamente a esse adiamento e à crise ministerial que a ela segue e que resulta na intervenção direta do imperador, substituindo ministérios, o que o leva a ser acusado de absolutismo, já que a ilegitimidade dos atos da Coroa atacava o sistema representativo”. A pesquisadora conclui que “Com o delírio filosófico de Quincas Borba, pode-se dizer que Machado de Assis refere-se à distinção entre legalidade e legitimidade, ao temor do absolutismo praticado pela Coroa”.

Referências bibliográficas

BOSI, Alfredo. *A máscara e a fenda: sobre alguns contos de Machado de Assis. Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FANTINI, M. *Recepção de Eça de Queirós por Machado de Assis*. *Letras*, n. 45, 2012, p. 111–125. DOI: 10.5902/2176148512209. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/12209>. Acesso em: 19 abr. 2024.

FRANCHETTI, Paulo. *Eça e Machado: críticas de ultramar*. *Cult*. São Paulo, ano IV, n. 38, 2000, p. 48-53.

PADILHA, Laura Cavalcante. *O Espaço do Desejo: Uma Leitura de A Ilustre Casa de Ramires de Eça de Queiroz*. Niterói / Brasília: Eduff / UnB, 1989.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades / Editora 34, 2012.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Editora 34, 2012.

SILVA, Laila Correa e. A política imperial em Quincas Borba: um diálogo entre a história e a literatura. *Humanidades em diálogo*, São Paulo, Brasil, v. 8, p. 151–162, 2017. DOI: 10.11606/issn.1982-7547.hd.2017.140546.